

Ulysses diz que Sarney terá 4 anos, se radicalizar

BRASÍLIA — A radicalização em torno da aprovação do sistema presidencialista de governo na Comissão de Sistematização poderá dar ao presidente José Sarney o dissabor de ver ampliadas a discussão sobre a duração do seu mandato e a possibilidade de tê-lo mais facilmente reduzido de cinco para quatro anos, admitiu o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ao deixar de madrugada o velório do ministro Marcos Freire, no Congresso.

Ulysses está preocupado com a próxima fase dos trabalhos da Constituinte — a discussão do novo substitutivo do relator Bernardo Cabral na Comissão de Sistematização — e se disse convicto de que a questão do sistema de governo terá de ser decidida mesmo no voto. "A negociação é muito difícil", avaliou.

Durante o velório, no Salão Negro do Congresso, Sarney convenceu Ulysses para uma conversa, que deverá ocorrer antes do fim de semana. "Precisamos conversar", disse o presidente ao deputado, que momentos depois comentava: "Se a votação do sistema de governo fosse hoje, não tenho dúvidas de que o parlamentarismo venceria fácil."

Arredio — Para Ulysses, não se pode afastar a hipótese de que a radicalização do governo em torno da adoção do presidencialismo possa aumentar as possibilidades de fortalecimento dos constituintes que defendem quatro anos de mandato para Sarney. "Há o risco", acredita Ulysses. Por isso mesmo, ele acha que a próxima semana será muito "difícil e trabalhosa" para a Constituinte.

Sem acordo, texto original é mantido

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Constituinte, conversou por uma hora com o presidente José Sarney e disse a ele que, se não houver acordo entre o governo e os grupos parlamentaristas sobre o futuro sistema de governo, manterá o texto de seu projeto original, no parecer que divulgará dia 15. A conversa foi à tarde, no Palácio da Alvorada.

Esse texto, conforme o projeto que Cabral divulgou em agosto, prevê um parlamentarismo quase puro em que o presidente, embora eleito diretamente, tem menos poderes que o primeiro-ministro. Cabral, ontem, sugeriu a Sarney que amplie suas conversas com os parlamentaristas, numa tentativa de se chegar a um acordo.

Ele deu a Sarney três nomes de parlamentares com quem ele poderia conversar, além dos três da comissão indicada na semana passada pelos parlamentaristas. Essa comissão, incumbida de negociar o sistema de governo com o presidente, é formada pelos senadores Afonso Ayrins (PFL-RJ) e José Richa (PMDB-PR) e o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA).

Cabral não revelou os outros três nomes que indicou a Sarney, mas provavelmente entre eles estão os do senador Fernando Henrique Cardoso (SP), líder do PMDB no Senado, e do deputado Bonifácio Andrade (PDS-MG), autor de emenda propondo um parlamentarismo gradual a ser implantado até 1990.



Sarney quer ser ouvido

Planalto defende sua participação

O sistema de governo do Brasil não pode ser modificado sem que o presidente da República participe dessa mudança, disse o presidente José Sarney, no Palácio do Planalto, ao receber os jornalistas credenciados por ocasião do Dia da Imprensa. Até agora, Sarney vinha defendendo o presidencialismo e afirmara, por meio de assessores qualificados, que discutiria mas não negociaria o sistema de governo que a nova Constituição deve definir.

Bem-humorado, o presidente recebeu os jornalistas credenciados no Planalto e, em rápida entrevista, falou pouco de economia e de política, preferindo relembrar seus tempos de repórter em jornais de São Luís, Rio e Brasília. Disse que está disposto a retomar o jornalismo quando deixar a presidência.

Um repórter perguntou se há possibilidade de Sarney negociar um sistema de governo que passe pelo parlamentarismo.

O presidente preferiu dar uma resposta evasiva, embora reforçando a idéia de que sua participação no processo constituinte é obrigatória: "Eu só acho que nós não podemos jamais pensar que se pode mudar o sistema de governo de um país, com a profundidade com que o debate está sendo feito, sem que o presidente da República, que exerce, por dever, uma liderança política, não participe da discussão. Agora, eu acho que não posso, de maneira nenhuma, participar de qualquer negociação que não seja aquela de interesse nacional."

Presidente acha que o PMDB está contra ele

"O que uma parte do PMDB está querendo não é implantar o parlamentarismo mas diminuir meus poderes ou encurtar meu mandato", desabafou o presidente José Sarney em conversa reservada no Palácio do Planalto com o deputado Alcení Guerra (PFL-PR). Segundo o deputado, um dos poucos parlamentaristas no PFL, Sarney acha que a tentativa para mudar o sistema de governo é uma campanha contra ele: "Isto é coisa do PMDB contra mim", disse Sarney.

Empenhado pessoalmente na derrota do parlamentarismo na Constituinte, Sarney continuou recebendo parlamentares. Conversou com o parlamentarista Heráclito Fortes (PMDB-PI). O deputado, depois de afirmar que o presidente não criticou os defensores do parlamentarismo, fez questão de dizer que não pretende, em nenhuma hipótese, "entrar em confronto com Sarney".

No Congresso, o deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara, prosseguiu nos ataques ao PMDB por causa da tentativa de mudança do sistema de governo. Lourenço acha que, por uma questão ética, os pemedebistas deveriam deixar os cargos governamentais para que Sarney, "livre", pudesse reorganizar sua base de apoio. "Estão tentando cavar a sepultura do presidente, mas batem na pedra".

Heráclito Fortes acha, no entanto, que o PMDB e o presidente José Sarney caminham para um entendimento sobre sistema de governo. Ele previu para este fim de semana mais um encontro Sarney-Ulysses, como parte da negociação. Alcení Guerra também acha possível a negociação, desde que feita entre Sarney e Ulysses. O fato de o presidente do PMDB ter se negado a ajudar o líder do governo, Carlos Santanna, a torpedear o parlamentarismo, não significa muita coisa para Heráclito, amigo pessoal de Ulysses: "Ele negou-se a ajudar Santanna, mas não se negaria a atender o presidente Sarney."

Sarney muda depois que Ulysses mudou

Tem sido assim desde a instalação do governo. A cada movimento político do deputado Ulysses Guimarães corresponde outro do presidente José Sarney e vice-versa. No último domingo, confrontado com números que atestam as chances de aprovação do parlamentarismo na Constituinte, o presidente do PMDB começou a alterar sua posição, que se mantinha intransigente, de defesa do presidencialismo como sistema de governo. O presidente José Sarney entendeu o sinal e começou a mudar a sua.

Até o início desta semana, por todos os meios de que dispôs, Sarney bateu duro na possibilidade de a Constituinte preferir o parlamentarismo, subtraindo-lhe parte dos poderes. Embora

continue dizendo, como alias tornou ontem a dizer, que não negocia o sistema de governo, o presidente liberou alguns interlocutores de confiança para a busca de uma fórmula que o concilie com o que parece ser, de fato, a tendência majoritária da Constituinte.

Estimulados por Sarney, o senador Carlos Chiarelli, líder do PFL no Sena-

do, e o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) foram à luta. Avisaram ao deputado Bernardo Cabral, relator do anteprojeto da nova Constituição, que o presidente admite a adoção de algum modelo de parlamentarismo lento, gradual e brando — o mais suave possível. O ponto de partida para a negociação de tal modelo pode ser uma emenda de Chiarelli, que concede seis anos para o presidente.

Em troca retira-lhe, ao longo dos próximos anos, alguns dos seus poderes, que seriam transferidos para o Congresso e para o primeiro-ministro. "É capaz desse modelo passar bem pelo PMDB", confessa o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), embora sem muito entusiasmo. À fórmula Chiarelli, o deputado Alcení Guerra (PFL-PR) acrescentou a idéia de o segundo turno da eleição de presidente da República ser travado dentro do Congresso e não pelo voto direto.

O recurso evitaria que os candidatos à sucessão de Sarney tentassem montar suas campanhas eleitorais em cima da revogação do parlamentarismo. O que fez Sarney alterar sua posição foi a

resistência oferecida pelos parlamentaristas. Os adeptos do parlamentarismo gradual, que chegam a mais de 20 entre os 93 membros da Comissão de Sistematização, reúnem-se hoje com o senador José Richa (PMDB-PR). Ulysses e Sarney acompanham tudo à distância.

Regionalismo vence

Na briga pelas questões principais a serem contempladas na futura Constituição, ideologia, partido, crença religiosa não têm tanta importância quanto o sentimento regional — esse, sim, capaz de juntar políticos de todos os matizes em defesa dos interesses dos seus Estados. A bancada nordestina luta, no momento, para atrair mais recursos para sua região, impedir que o Sul tire algum benefício do capítulo tributário da nova Constituição e ver vitorioso o parlamentarismo. No presidencialismo atual, o Nordeste pesa pouco.

Infidelidade ministerial

Na última convenção do PMDB, o presidente Sarney mandou uma coisa e vários dos seus ministros fizeram outra. Sarney mandou que escolhessem o voto a descoberto para as deliberações que a convenção tomaria. Uma penca de ministros optou pelo voto secreto, que levou a convenção a nada decidir sobre a extensão do mandato de Sarney e sobre sistema de governo. Sarney, agora, rejeita, publicamente, o parlamentarismo. São parlamentaristas os ministros da Educação, Justiça, Previdência Social, Administração, Ciência e Tecnologia, pelo menos.

Computador ameaça

Acendeu a luz vermelha no painel das preocupações do deputado Ulysses Guimarães. Emperrou o novo placar eletrônico da Câmara dos Deputados, que deverá registrar o voto de deputados e senadores que se ocupam em redigir a futura Constituição. O placar custou Cz\$ 60 milhões e permitirá que se realize em 15 minutos uma votação que, se nominal, tomaria, no mínimo, uma hora. Deu pane na montagem do sistema de computação e a firma responsável por ela pede 90 dias para fazer o conserto, o que atropelará todos os prazos da Constituinte.

Lyra, sozinho com povo

— Onde você estará sexta-feira? — indagou um amigo do deputado Fernando Lyra durante o velório do ministro Marcos Freire, no Congresso.

— No comício das diretas em Porto Alegre — respondeu Lyra.

— Você vai acabar sozinho nesse palanque — provocou o amigo.

— Ficaremos sozinhos, eu e o povo — retrucou Lyra. Ao seu lado, o senador Mário Covas ouviu calado. Convidado, não confirmou sua ida ao comício — o sexto de uma série que fracassou até agora.

PINGA-FOGO

- O governador Pedro Simon desembarcará em Brasília para pressionar o deputado Ulysses Guimarães em favor do parlamentarismo. A idéia foi do ministro Renato Archer, da Ciência e Tecnologia.
- Do deputado Roberto Cardoso Alves, o **Robertão** (PMDB-SP): "Se tanto, a esquerda soma um quarto da Constituinte. Em um regime parlamentarista, desejaria ter um quarto do ministério. Não vai dar."
- O deputado Carlos Sant'Anna, líder

do governo na Câmara, informou a Sarney que são apenas três, entre 25, os membros do PFL na Comissão de Sistematização favoráveis ao parlamentarismo. São 10, no mínimo.

• O deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara, disparou um duro telefonema para seu vice-líder Alcení Guerra, reclamando de sua posição em defesa do parlamentarismo. Alcení respondeu no mesmo tom.

Ricardo Noblat

Coordenador sai porque há gente demais

BRASÍLIA — A substituição do assessor Eduardo Jorge pelo secretário-geral da Mesa da Câmara e da Constituinte, Paulo Afonso, como coordenador da assessoria do relator Bernardo Cabral, ocorrida no início da semana, foi por razões operacionais e não deve afetar o trabalho de elaboração do novo substitutivo, a ser entregue na próxima terça-feira, dia 15.

A avaliação é de um integrante da assessoria de Cabral que está com o relator desde o primeiro anteprojeto de Constituição — o chamado *Bebê de Rosemary*. Segundo ele, foi o próprio Eduardo Jorge quem pediu para deixar a função e indicou Paulo Afonso, por achar que a ampliação do número de pessoas envolvidas na negociação do novo substitutivo tornava impraticável a manutenção do seu estilo de trabalho.

Mão-de-ferro

Eduardo Jorge, considerado um dos maiores especialistas em técnica legislativa do Senado, de onde é funcionário há mais de vinte anos, trabalha com o senador Fernando Henrique Cardoso desde 1983. Foi o senador quem o indicou a Cabral há alguns meses. Por isso, sua saída chegou a ser interpretada como um sintoma de deterioração nas relações entre Cabral e Fernando Henrique.

Como principal assessor do relator, Jorge era o responsável pela alimentação dos computadores e pela compatibilização dos diferentes artigos. Dirigindo com mão-de-ferro esse serviço, conseguiu a proeza de evitar vazamento de informações na reta final da elaboração do primeiro substitutivo.

Richa — Com a entrada nas negociações de novos grupos — todos com seus assessores — Jorge convenceu-se de que daí em diante seria impossível manter o esquema de trabalho. As disputas começaram a ganhar corpo e alguns assessores resistiram a se submeter à sua coordenação.